



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 19 de Novembro de 2019

Senado comemora 110 anos de ensino profissionalizante no país

O Senado comemorou ontem os 110 anos da implantação do ensino técnico profissionalizante no Brasil com a realização de uma sessão especial. A iniciativa foi do senador Paulo Paim (PT-RS), ex-aluno de uma escola técnica em Caxias (RS).

— O Estado tem papel fundamental na área da educação. A educação técnica e profissional reduz custos, melhora a qualidade e aumenta a fidelização dos trabalhadores à empresa. A educação age como fator de inserção social. É um equívoco querer destruir ou desconstruir o ensino técnico e profissionalizante — afirmou Paim.

As primeiras escolas de formação de aprendizes foram

criadas a partir do Decreto 7.566, de 1909, do presidente Nilo Peçanha.

Entre janeiro e outubro de 1910, foram abertas 19 escolas de aprendizes artífices em 19 estados. Hoje elas se somam às escolas técnicas do Sistema S e aos institutos federais de ensino. Há quase 600 municípios atendidos, tendo sido formados mais de 76 milhões de alunos.

Diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Gustavo Leal destacou a influência do modelo alemão, que serviu de base à implantação dos primeiros cursos de formação profissionalizante no Brasil, dedicados à formação técnica voltada às necessidades da indústria.

Convidados de audiência não querem descentralização do salário-educação

Senador Izalci Lucas retirou de pauta projeto que transferia R\$ 9,3 bilhões da União para estados e municípios e debatedores elogiaram

AUTOR DO PROJETO que transferia o salário-educação — cerca de R\$ 9,3 bilhões — da União para os estados e municípios (PL 5.695/2019), Izalci Lucas (PSDB-DF) decidiu ontem retirá-lo da pauta. Em audiência sobre a proposta na Comissão de Educação (CE), ele argumentou que não haverá tempo para que a norma produza efeitos já em 2020. Izalci também afirmou que a proposta de emenda à Constituição do Pacto Federativo (PEC 188/2019) já prevê mais flexibilidade aos estados e municípios na aplicação dos recursos.

De acordo com o senador, o objetivo do projeto era excluir o salário-educação do teto constitucional, de modo a elevar em R\$ 9,3 bilhões os recursos para a educação. Mas a proposta foi criticada por sindicalistas, agricultores familiares e servidores do Fundo



Senador Izalci (E) ouve Albaneide, que criticou a PEC do Pacto Federativo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ao se dispor a ouvir os participantes da audiência, o senador declarou esperar que o debate contribuísse para discutir a PEC do Pacto Federativo.

O representante da Associação dos Servidores do FNDE, Adalberto da Paz, elogiou a retirada do projeto de pauta, mas pediu apoio para a continuidade dos programas vinculados ao fundo, como o

de alimentação escolar.

Albaneide Peixinho, do Conselho Federal de Nutricionistas, criticou a PEC do Pacto Federativo, que, segundo ela, prejudica estados e municípios de menores recursos e não garante que os entes federados cumpram diretrizes nacionais. O diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, José Valdivino de Moraes, disse que a PEC esvazia o FNDE, que não poderá

cumprir as determinações da Constituição.

Já José Ângelo de Oliveira, da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares, defendeu a centralização da aquisição de livros didáticos, e Raimundo Luiz Silva Araújo, da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação, disse ser “um constrassenso” a descentralização do programa.

Merenda

Edécio Vigna, da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias, disse que é difícil a fiscalização da merenda escolar, frequentemente sujeita a fraudes nos estados e municípios.

Já Antoninho Rovaris, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura cobrou políticas regulares visando “à melhor educação possível”.

Linha vermelha

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, tem de ser demitido imediatamente. Sua errática gestão – se assim pode ser chamada – à frente de um dos mais importantes Ministérios já seria razão suficiente para sua substituição por quadros mais qualificados, e estes não faltam no País. Mas há outra razão, muito mais séria, que torna a sua permanência no cargo uma indignidade.

Não é de hoje que o ministro se porta em desacordo com a decência que deve pautar a conduta de um servidor do primeiro escalão da República. Abraham Weintraub já veio a público exibir cicatrizes para justificar seu baixo rendimento acadêmico e já dançou segurando um guarda-chuva para fazer troça de cidadãos críticos às suas políticas para a área de educação. Também já são bastante conhecidas as suas discussões infantis no Twitter. Mas até para os padrões do bolsonarismo – que estabeleceu novo patamar de insalubridade nas redes sociais – o ministro cruzou a linha vermelha.

No feriado da República, Abraham Weintraub postou-se a defender a monarquia na rede social. A Constituição não o proíbe de ter a opinião que for sobre as formas de governo. Em se tratando de um ministro de Estado, no entanto, manifestar predileção pela monarquia é, no mínimo, uma conduta inapropriada. Mas Weintraub foi além. Acometido por algo próximo de um “surto antirrepublicano”, o ministro da Educação classificou como “infâmia” a proclamação de 15 de Novembro de 1889 e passou a desfiar uma série de aleivosias contra personagens da história brasileira ligadas ao movimento republicano.

Uma pessoa que acompanha as postagens do ministro no Twitter respondeu que “se voltarmos à monarquia, certamente você (o ministro Abraham Weintraub) será nomeado o bobo da corte”. “Uma pena. Eu prefiro cuidar dos estúbulos. Ficaria mais perto da égua sarnenta e desdentada da sua mãe”, retrucou o ministro da Educação. Diante da agressividade da resposta do ministro, outro cidadão, em tom jocoso, disse “ter encontrado o seu bom senso na rua, que mandou-lhe lembranças”. Mais uma vez, o ministro desceu ao rés do

chão: “Quem (sic) bom. Agora continue procurando o seu pai”. Não são palavras que se supõe proferidas por um ministro de Estado, mas por um grosseirão.

É admissível que o ministro da Educação pudesse ter usado um canal público de comunicação, como hoje é o Twitter, em especial para este governo, para estabelecer um debate com a sociedade sobre os desafios que o regime republicano certamente tem de enfrentar passados 130 anos de sua vigência no País. Mas, para tanto, o ministro teria de ser outra pessoa.

Abraham Weintraub achou por bem classificar o marechal Deodoro da Fonseca como um “traidor” da Pátria e compará-lo ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Diante de uma estultice dessa natureza, na melhor hipótese, o ministro da Educação está absolutamente desinformado. Na pior, trata-se de alguém que se move por ressentimento, revanchismo e má-fé. Seja como for, a sua permanência à frente do Ministério da Educação é um enorme desserviço ao País.

Especula-se que Abraham Weintraub tenha sido escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro para substituir o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez justamente para adotar esse comportamento, digamos, mais “combativo” à frente do Ministério da Educação. A ser verdade, esse modo de proceder do ministro pode muito bem ser mais uma fagulha a manter acesa a chama da militância bolsonarista nas redes sociais, mas chegará o momento em que o presidente da República precisará de uma rede de apoio muito mais ampla do que as chamadas “milícias virtuais”. Não será mantendo no cargo um ministro que avilta as tradições do Exército brasileiro e as mais comezinhas regras de conduta social que Jair Bolsonaro atingirá o objetivo.

Os brasileiros de bom senso, independentemente de suas predileções políticas, hão de estar estarecidos com a mais recente explosão do ministro da Educação. Se ainda assim Abraham Weintraub não for substituído, o que mais pode vir?

Nº de alunos brasileiros nos EUA sobe 9,8 %

Priscila Mengue /
COLABOROU MARCO
ANTÔNIO CARVALHO

O número de brasileiros que oficialmente foram estudar nos Estados Unidos chegou a 16.059 no ano letivo 2018/19. O aumento no último ano foi de 9,8%, o segundo maior entre os estudantes estrangeiros, ficando atrás apenas dos de Bangladesh, segundo a rede Education USA, afiliada ao Departamento de Estado. Em dois anos, o avanço chegou a 22,6%.

O número de estudantes brasileiros em universidades dos Estados Unidos aumentou 9,8% no último ano, chegando a 16.059 no período letivo de 2018/19. A alta é a segunda maior entre os estudantes estrangeiros, ficando atrás apenas da de Bangladesh, de acordo com o relatório Open Doors, da rede Education USA, afiliada ao Departamento de Estado americano, lançado ontem.

Nos últimos dois anos, houve uma retomada no crescimento do número de alunos brasileiros no ensino superior americano, mas a marca ainda está distante do auge dos últimos dez anos, de 23,6 mil, em 2014/15. O Brasil fica em 9.º lugar no quadro geral, atrás de China (369.548 estudantes) e de outros países da Ásia e do Oriente

Médio, além do Canadá. Pouco mais de 1 milhão de estrangeiros estudaram no ensino superior americano no último ano letivo, o que inclui graduação, pós, intercâmbio e atividades acadêmicas complementares. Isso significa cerca de US\$ 44,7 bilhões anuais para a economia. Metade procura cursos na área de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática.

No último ano, a maior parte dos estudantes brasileiros nos Estados Unidos (7,7 mil) fazia graduação. Outros 4,7 mil cursavam mestrado ou doutorado.

Preparo. Coordenadora da Education USA no Brasil, Anelise Zandona Hofmann atribui o crescimento à internacionalização das escolas privadas brasileiras. “Muitas estão se transformando em bilíngues desde o fundamental e o médio.” Fazer ensino médio nos moldes americanos não é um pré-requisito, mas ajuda na preparação para o ensino superior nos EUA.

“Um significativo número de escolas particulares brasileiras passou a incorporar as cinco matérias adicionais do high school no ensino médio, em inglês.” Para Anelise, esse perfil difere de anos atrás, em que grande parcela vinha do programa Ciência Sem

Fronteiras – nesse caso, só parte do curso era feita fora do País. “Hoje, os jovens querem fazer a graduação inteira.”

Entre os locais mais procurados pelos brasileiros estão Flórida, Califórnia, Massachusetts e Texas, mas Anelise cita Estados do Sul como mais acessíveis. “O ideal é primeiro olhar a preferência acadêmica, a qualidade da instituição e, depois, os custos. Também temos casos de bolsas parciais, específicas para a América Latina.”

Já Liza Yoshitani, gerente de Universidades da CI Intercâmbio, aponta que o aumento da demanda por estrangeiros também está ligado à adoção do número de estudantes internacionais como critério de avaliação das instituições. “Para as universidades americanas, é importante ter um mix de nacionalidades. Além de se qualificar para o ranqueamento, também se posiciona como mais tolerante, aberta a outras culturas.” Ela diz que a procura tem começado cada vez mais cedo, com estudantes que se planejam já no primeiro ano do ensino médio.

Flexível. Segundo Liza, o formato de ensino americano dá mais suporte para o





desenvolvimento personalizado do aluno por meio de tutoria acadêmica, apoio para a escolha da grade curricular e mais atenção ao planejamento de carreira. “Aqui, a grade é mais engessada, o que é um diferencial do americano, em relação também a países como Canadá e Inglaterra.”

Esse foi um dos fatores que chamou a atenção de Orisvaldo Salviano Neto, de 19 anos, que está no primeiro ano do Massachusetts Institute of Technology (MIT). “Aqui, normalmente você não declara um curso antes de pelo menos dois semestres, e, nesses dois semestres, tem liberdade para testar várias cadeiras de cursos diferentes, o que ajuda a decidir.”

De Fortaleza, ele decidiu estudar nos Estados Unidos quando estava no segundo ano do ensino médio. A bagagem de participação em olimpíadas científicas e atividades voluntárias ajudou. “Fazia porque gostava bastante e, no fim, o application

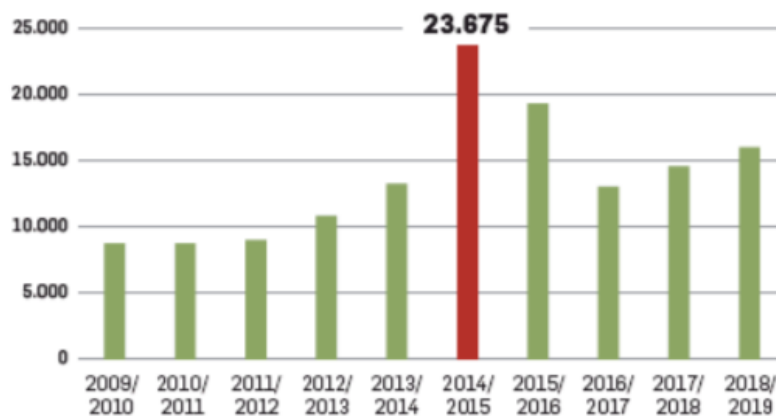
(processo de seleção) olha isso também”, explica ele, que pretende se tornar um pesquisador. “Infelizmente, o Brasil nunca teve muito incentivo em pesquisa. Percebi que, se eu quisesse realmente virar um pesquisador que pudesse influenciar de maneira significativa meu País – ou até a Física em si –, precisaria tentar uma formação que verdadeiramente se importe e tenha recursos para pesquisa.”

O carioca Raniery Mendes, de 19 anos, está no segundo ano na Wake Forest University, na Carolina do Norte. Ele classifica a experiência como “incrível”. “Aqui não precisa saber de imediato o que vai querer estudar na universidade. Até o fim do segundo ano é possível fazer a escolha e pretendo cursar o major em Ciência Política e Relações Internacionais”, disse.

O que Mendes ainda não tem clareza é sobre quando voltará ao Brasil. O desejo inicial de retornar após a graduação está em suspenso. “Estou vendo a situação no Brasil, com corte de bolsas. Então, pretendo continuar meus estudos aqui ou na Europa”, disse.

RETOMADA

● Ensino superior dos EUA tem atraído mais brasileiros



FONTE: OPEN DOORS REPORT/EDUCATION USA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Fatos incompletos

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Na semana passada comemoramos três fatos incompletos. A queda do Muro de Berlim foi lembrada com a importância de um dos maiores feitos da história da humanidade. Pode-se dizer que foi um destes “cisnes negros” que não imaginamos viver para ver, até quando ocorrem, para nossa surpresa. Quantos imaginariam ver um papa argentino, ou a China como a primeira potência do mundo? Um presidente norte-americano negro ou um presidente brasileiro operário?

Quem observava a evolução na geopolítica mundial nos anos 1980 podia perceber as dificuldades que a União Soviética atravessava pela ineficiência da economia, rejeição ao autoritarismo e ânsia de liberdade das repúblicas nacionais. Mas era impossível esperar a derrubada do Muro para tão cedo, tanto quanto o fim da União Soviética, logo depois. Ainda menos que os países do Leste Europeu saltariam tão radicalmente para o capitalismo. A derrubada daquele muro de concreto significou o fim da separação entre pessoas conforme o regime político em que viviam.

Mas no lugar da Cortina de Ferro que ele representava, foram

construídos muros separando nações, famílias e pessoas. Foram cavados milhões de fossos ou usaram o Mediterrâneo para dividir a humanidade. Trinta anos depois da queda do Muro de Berlim, pode-se contar em dezenas de milhares as pessoas que morreram tentando atravessar os muros e mares que separam a pobreza da riqueza. Com outros nomes, outros lugares, uma Cortina de Ouro serpenteia o planeta dividindo, separando e apartando as pessoas dentro de seus próprios países.

Comemoramos 30 anos de uma derrubada incompleta do Muro de Berlim. Impedir o pobre de sair da pobreza em que vive para uma região com abundância é tão indecente quanto impedir uma pessoa saltar um muro para sair da ditadura em direção à liberdade. Na mesma semana dos 30 anos da queda do Muro de Berlim, aqui no Brasil comemoramos o que muitos não acreditavam ver em vida: as estatísticas mostram que em nossas universidades estatais o número de afrodescendentes é maior do que o número de eurodescendentes, refletindo a realidade demográfica da sociedade. Mas essa comemoração fica incompleta quando olhamos o quadro geral da educação brasileira com 12 milhões de adultos analfabetos; quando observamos que nossa educação de base está entre as piores do mundo e quase,

certamente, a mais desigual conforme a renda da família. Não ampliamos o número de pobres concluindo ensino médio com qualidade.

É possível dizer que a decência da proporção de afrodescendentes superar os eurodescendentes vem de décadas da adoção de cotas raciais para ingresso nas universidades, mas não de melhoria na qualidade da educação de base para todos os pobres, brancos ou negros. Parece que estarmos repetindo com as universidades estatais o que fizemos com a escola pública de base, federais ou estaduais. Enquanto eram para poucos, mantínhamos a qualidade, mas ao abrir suas portas para todos, abandonamos essas escolas entregando-as aos municípios sem recursos.

Devemos comemorar o esforço para mudar a cor da cara da elite universitária, mas é uma comemoração incompleta, como ao comemorar a queda do Muro. Porque ainda não temos o que comemorar na qualidade e na equidade da educação de base, nem na garantia dos recursos necessários à universidade estatal.

Em grande parte, por causa desse descuido com a educação de base, na semana passada, comemoramos os 130 anos de Proclamação da República sabendo que ela ainda está incompleta. Em 1889, fizemos uma nova bandeira que, 130 anos





depois, tem duas vezes mais brasileiros que não a conhecem, por não saberem ler “Ordem e Progresso”. Nossa República mantém até hoje uma sociedade tão ou mais dividida quanto em muitas monarquias.

Nossa população é dividida entre uma minoria “nobre” e uma imensa maioria excluída, como de segunda classe, sem moradia, saúde, educação, cultura, liberdade; prendemos pequenos ladrões que não podem pagar advogado e deixamos soltos os grandes ladrões corruptos que podem postergar seus julgamentos em instâncias intermináveis. Na nossa República, os políticos e juízes não respeitam a “Res Pública”, base fundamental de um regime republicano.

Comemoramos a República antes de completá-la, assim como celebramos a derrubada do Muro de Berlim construindo outros muros, e festejamos o acesso de afrodescendentes à universidade sabendo da péssima qualidade da educação de base de nossos pobres. Tivemos uma semana de comemorações de fatos incompletos. Comemoramos incompletudes.

ENTREVISTA/ LIBÂNIO RODRIGUES, OUVIDOR DO MPDFT »

"Política de cotas não privilegia ninguém"

O ouvidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Libânio Rodrigues, defendeu a política de cotas raciais nas universidades em entrevista ao programa CB.Poder, parceria do Correio com a TV Brasília. O promotor de Justiça considera esse sistema importante para uma sociedade justa e igualitária não só nas instituições de ensino superior, mas também no mercado de trabalho. Ele ainda destacou a paridade racial dentro das universidades públicas e federais, nas quais mais de 50% dos estudantes são negros ou pardos. Para ele, o impacto disso será refletido daqui a aproximadamente 10 anos.

Como está a situação dos negros no Brasil atualmente?

A situação do negro no Brasil passa por essa questão cruel, que se chama racismo. Desde agressão verbal até o racismo institucional, que impede a mobilidade das pessoas por conta da sua cor.

Existe muito racismo no DF em relação a outras unidades da Federação?

O que acontece no Distrito Federal é uma capacidade de reagir mais a isso. Então, a judicialização dessas situações ocorre porque as pessoas procuram o órgão que está preparado para isso. É muito difícil

eu quantificar. É importante saber se essas demandas chegam ao judiciário em outras unidades da Federação.

A cota é realmente fundamental para dar mais oportunidade?

A política da cota é uma parte do que se chama de política de práticas afirmativas. As cotas estão sendo discutidas há mais de 20 anos, agora que a gente conseguiu um reflexo de paridade dentro das universidades. Há um preconceito, uma falta de compreensão sobre o que é a política de cotas. Política de cotas não privilegia ninguém, ela simplesmente cria um nicho falando: 'dessas tantas vagas, x serão para pessoas negras'. Você continua tendo que atingir um nível mínimo para ser aprovado nos cursos de qualidade. Ninguém consegue fazer medicina na Universidade de Brasília (UnB) se não estiver preparado.

Já é possível ver uma melhoria no mercado de trabalho?

Hoje a gente está vendo aí as estatísticas, o Censo (Demográfico, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE) demonstrou que um pouco mais de 50% dos estudantes nas universidades públicas e federais são negros ou pardos, e isso só vai refletir na nossa sociedade daqui a uma década. Quando essas pessoas

estiverem no mercado de trabalho advogando, fazendo concursos públicos, sendo médicos, engenheiros, coisa que a gente não enxerga (agora) na sociedade.

Mas não existe um preconceito ali entre os alunos?

Cota não vai acabar com o racismo. Eu tenho essa concepção de que nós, negros, vamos ser sempre objeto de racismo, sempre vamos ser prejudicados pela cor da nossa pele. Mas não é o outro que vai decidir isso. Eu prefiro passar por isso dentro da universidade. Porque na universidade vou ter instrumentos para me defender, criar ideias que vão resistir a isso.

Chegam reclamações de racismo no MPDFT?

O Ministério Público tem um trabalho aqui no Distrito Federal muito importante de repressão ao racismo. Nós temos um mecanismo, que é o Núcleo de Enfrentamento à Discriminação, que, por muito tempo, foi o canalizador dessas demandas e, inclusive, promovia as ações penais. Atualmente, a ouvidoria recebe essas denúncias quando elas já não são mais inquéritos policiais e as encaminha para as promotorias criminais, que têm atribuições para atuar nessa área.

EDUCAÇÃO

Aumenta procura por matrícula

Secretaria recebeu mais de 38 mil inscrições de alunos interessados em ingressar na rede pública

CATARINA LIMA

redacao@grupojbr.com

A secretaria de Educação do Distrito Federal recebeu 38.482 inscrições de alunos interessados em ingressar na rede pública de ensino em 2020, cerca de cinco mil a mais que no ano passado. Do total, 16.740 foram feitas pela central 156 e 21.742 pela Internet. No ano passado, cerca de 33 mil inscrições foram solicitadas no período regulamentar e 20 mil matrículas efetivadas. Com relação a esse ano, a secretaria de Educação estima que 24.500 inscritos se matriculem. O ingresso na rede pública de ensino do DF acontece em duas etapas, a primeira é a inscrição – pelo central 156 ou pela Internet – e a segunda é a matrícula, que é presencial.

A secretaria fará o cruzamento entre as matrículas de novos alunos e dos que já estão na rede. “O cruzamento possibilita que façamos a exclusão de inscrições de estudantes que já são da rede, por exemplo. Somente após essa etapa, saberemos quantos serão os novos matriculados no ano que vem. Nossa estimativa é de que esse número gire em torno de 24.500 novas matrículas”, esclarece o subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, Cláudio Amorim.

Entre os dias 7 e 14 de janeiro de 2020 os alunos inscritos ou seus responsáveis deverão efetivar as matrículas. A secretaria esclarece que durante esse período não será necessário fazer filas na porta das escolas, pois isso não garantirá va-



Do total de mais de 38 mil inscrições, 16.740 foram feitas pela central 156 e 21.742 pela internet. A Secretaria de Educação fará o cruzamento entre as matrículas de novos alunos e dos que já estão na rede

gas. O aluno será matriculado na unidade mais próxima, de acordo com CEP que constar na sua ficha de inscrição.

No momento da efetivação da matrícula, alunos e responsáveis devem ficar atentos aos documentos necessários, como Certidão de Nascimento, CPF do estudante, comprovante de residência, tipagem sanguínea e fator RH, entre outros.

Creches

Enquanto as matrículas para estudantes do ensino regular a partir

de quatro anos, do ensino profissionalizantes e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) estão garantidas, a busca por uma vaga em creches continua um desafio para pais e mães. Existem hoje no DF 20 mil vagas disponíveis em creches. No entanto, a demanda reprimida é de mais 20 mil vagas. O governo local tem convênio com 63 mil instituições particulares parceiras que atendem crianças matriculadas na rede pública.

Além das parcerias com instituições privadas, OGDF promete construir em 2020 dez novas creches,

sendo cinco em junho e cinco em no final do ano. Segundo a secretaria de Educação, o edital de licitação para as obras das primeiras instalações sairá este mês. Isso será possível porque o governo local recuperou contratos de 2012 com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os recursos destinados a construção das unidades – R\$ 42 milhões – poderiam retornar ao Ministério da Educação, pois foram disponibilizados há oito anos e o governo do GDF não tinha apresentado sequer os projetos das obras.